

A LEITURA E SEUS IMPASSES II: REPRESENTAÇÕES DA MARGINALIDADE E JOVENS LEITORES ASSISENSES¹

Cecília Barchi Domingues (FEMA-Assis-Graduação Direito)²

cecilia_barchi@msn.com

RESUMO: Este texto tem por objetivo apresentar os resultados obtidos em pesquisa de campo que realizamos entre jovens leitores assisenses. Buscamos, por meio de questionários, bem como entrevistas presenciais, observar quais são as representações sociais perpetradas pelas suas vivências culturais com a leitura literária, ou seja, como realizam a simbolização de si mesmos e do espaço em que vivem. Mais especificamente, observamos se as obras que compõem o acervo PNBE vêm sendo utilizadas pelos mediadores de leitura e são conhecidas pelos alunos. Ainda, se podem ser localizadas nas bibliotecas das escolas em que realizamos nossas pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; PNBE; Representação do texto literário para os jovens.

ABSTRACT: This text has the objective to present the results obtained in research with young assisenses readers. We search, through questionnaires and personal interviews, observe what are the social representations perpetrated by their cultural experiences with literary reading, in other words, they perform the symbolization of themselves and the space they live in. More specifically, we observed that the works that compose the collection PNBE have been used by mediators are known and read by students. Still, it can be found in the libraries of the schools in which we conducted our research.

KEYWORDS: PNBE; Reader; Representation of literary texts for young people.

Introdução

O presente artigo tem como finalidade apresentar a continuidade do trabalho realizado nos anos de 2012 e 2013, intitulado “A Leitura e Seus Impasses:

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil. Também, orientado, em sua continuidade, pela Dra. Márcia Valéria Seródio Carbone (FEMA-Assis/SP).

² Aluna do 4º ano de Direito, da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA.

Representações da Marginalidade e Jovens Leitores Assisenses”, idealizado e orientado pela Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira.

Neste texto, revelamos dados tanto da pesquisa inicial, quanto da sua continuidade, orientada, em 2014, pela Dra. Márcia Valéria Seródio Carbone, então intitulada como “A Leitura e Seus Impasses II: Representações da Marginalidade e Jovens Leitores Assisenses”. Todos os dados foram coletados em pesquisa de campo que nos permitiu conhecer, nos anos de 2012, 2013 e 2014, a realidade das seguintes escolas do município com ensino médio: Ernani Rodrigues, Carlos Alberto, Leny, Francisca e Lourdes Pereira. Mais especificamente, pesquisamos as escolas Ernani Rodrigues, Carlos Alberto e Leny, em 2012 e 2013. Já, em 2014, as escolas Francisca e Lourdes Pereira foram objetos de nossos estudos. O interesse, em 2014, foi o mesmo dos anos anteriores, qual seja, o de expandir os dados sem perder o rigor científico.

A questão da leitura continua a ser um problema na sociedade brasileira, sobretudo, no que se refere ao desempenho escolar. A terceira edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012) demonstrou que na formação do leitor brasileiro prevalece o fracasso escolar, ainda que o Estado, em todos os níveis, tenha apresentado ações significativas nas últimas décadas do século XX e nas iniciais do XXI.

Vale destacar a distribuição de acervos compostos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, instituído em 1997, e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC. O PNBE tem por objetivo “[...] democratizar o acesso a obras de literatura infantis e juvenis, nacionais e estrangeiras, bem como o acesso a materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras.” (MACIEL, 2008, p.11). A sua criação denota que ações relacionadas à leitura e formação de leitores foram otimizadas, refletindo o valor simbólico que ambas adquiriram para o governo, para os órgãos e instituições compromissados com a educação.

A pesquisa de campo

Durante a realização da pesquisa de campo, identificamos entre comunidades de jovens leitores, incluindo os pertencentes a grupos de risco, representações sociais perpetradas pelas suas vivências culturais. Os resultados levaram-nos a reflexões acerca da formação do leitor no município de Assis. Verificamos que a leitura literária, entre a

maioria dos entrevistados, não representa uma forma de simbolização de si mesmo e do espaço em que vivem.

Observamos, também, que as obras que compõem o acervo PNBE vêm sendo utilizadas, apenas, por um grupo restrito de mediadores de leitura. Por sua vez, o incentivo para a leitura literária, como forma de autoconhecimento e ampliação de horizontes de vida pessoal e social, existe na escola pública somente em ações isoladas.

Para esses levantamentos, elaboramos estratégias para entrevistas com jovens do Ensino Médio; buscamos localizar nas bibliotecas das escolas públicas visitadas as obras do acervo PNBE, refletimos acerca do mercado editorial e das obras que circularam entre nós, especificamente, sob a rubrica literatura juvenil; investigamos verticalmente o estatuto da literatura juvenil, definindo-a e caracterizando-a com maior clareza em oposição a outros textos literários; analisamos o processo de mediação e recepção de textos literários no contexto da escola pública em suas muitas variáveis.

Nessas pesquisas, buscamos verificar se o acervo enviado pelo PNBE, realmente, era conhecido pelos entrevistados e, sobretudo, utilizado e lido por eles. Além disso, se era conhecido pelos mediadores que, com esses jovens, interagem.

A partir de localidades distintas foram selecionadas as cinco escolas públicas já mencionadas do município de Assis como objeto de pesquisa. O intuito foi o de que essas escolas fornecessem, através de seus alunos, dados necessários para que fosse avaliado o desempenho e o gosto pela leitura dos jovens assisenses.

O público-alvo da pesquisa foi constituído por jovens de aproximadamente 16, 17 e 18 anos que cursam o terceiro ano do Ensino Médio. Por ser o último ano escolar, é de se esperar que esses alunos tenham conhecido, pelo menos, um livro do acervo do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) durante algum ano dessa etapa de escolarização e tenham desenvolvido o gosto pela leitura. A partir disso, imaginava-se que os estudantes estavam preparados para a leitura dos clássicos da literatura e para os exames vestibulares.

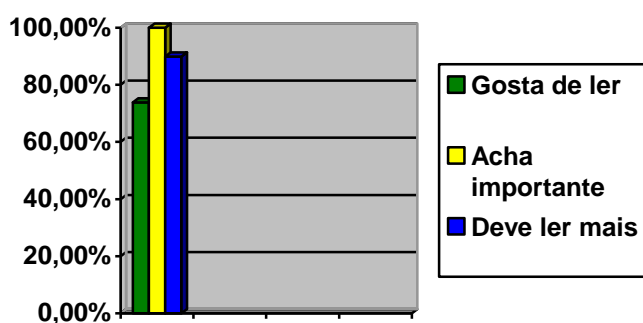
Aplicamos três questionários em cada escola: um destinado ao aluno; um ao coordenador; e outro ao professor de Língua Portuguesa. O objetivo de todos era o mesmo: levantar possíveis problemas relacionados à formação do leitor e ao incentivo à leitura.

Neste artigo, apresentamos somente os resultados referentes às questões sobre leitura apresentadas aos alunos.

Resultados da pesquisa de campo

A seguir, apresentamos os resultados obtidos a partir das cinco escolas visitadas – Leny, Carlos Alberto, Ernani, Francisca e Lourdes Pereira –, para fins de pesquisa de campo. Indagamos aos alunos se: gostavam de ler; achavam isto importante e se deveriam ler mais. As respostas deram origem ao gráfico a seguir:

Gráfico 1: A representação da leitura para os entrevistados



Como se pode notar 73,9% dos alunos entrevistados afirma gostar de ler. Justificam seu interesse pelo aprendizado e tranquilidade que essa atividade transmite. Alguns apreciam o poder que o livro tem de distrair a mente da realidade. Um aluno, em particular, afirma que, a partir do momento que descobriu a importância da leitura, aprendeu a gostar. É possível visualizar que as pessoas não nascem gostando de ler; aprendem.

Uma das dificuldades que o professor encontra é fazer a transição da leitura “fácil” à leitura mais “complexa”. Muitos têm preguiça e se conformam em aprender só o básico, outros nem conhecem que há níveis de interpretação e que, para ultrapassá-los, é necessária muita leitura.

Os que não gostam de ler dizem não se interessar e quando devem ler só o fazem por necessidade. Há um deles que não entende se ler sozinho e outro que não gosta por falta tempo para esta atividade.

O desinteresse e o conformismo resultam na afirmação de que não gostam de ler. Trata-se do tipo de aluno que se quisesse, por meio de disciplina, poderia ler mais e

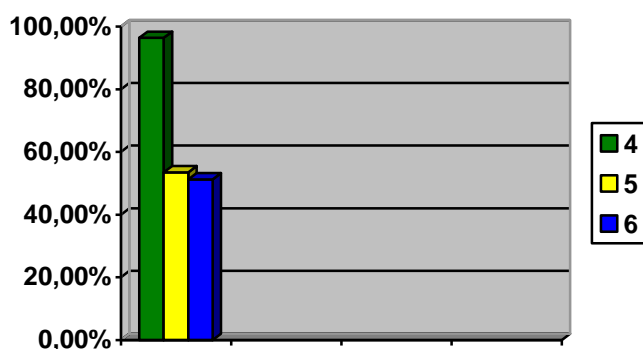
melhor. Já os dois últimos casos devem ser analisados separadamente. O aluno que não consegue entender uma obra sem ler sozinho está nas primeiras fases de leitor e pela dificuldade ele acaba desistindo. As pessoas que não têm hábito de ler ou que não estão preparadas para ler os clássicos devem começar com obras mais simples, de fácil compreensão e, aos poucos, ir aumentando o nível de dificuldade. Muitas pessoas, não só alunos, encontram essa dificuldade quando querem ler o mesmo livro que outra pessoa, sem analisar se elas estão prontas para esse tipo de leitura, indica.

Há alunos que justificam a falta da leitura em suas vidas, devido à falta de tempo. A falta de tempo vem seguida justificada pela necessidade de trabalho. Aqueles que trabalham, incluindo os adultos, perdem o hábito, chegam em casa cansados e tudo que querem é não fazer nada. Em consequência, a maioria não organiza o tempo que tem, perde horas assistindo à televisão e se esquece de fazer atividade física e exercitar a mente. Se esses sujeitos se organizassem encontrariam tempo em suas vidas.

Como o esperado, 100% dos alunos sabem da importância da leitura, afirmam que ela auxilia na comunicação oral e escrita. Há casos de alunos que dão a importância pela diversão e até por justificarem que o mundo vive da leitura.

Ao observarmos, no gráfico a seguir, as colunas referentes às seguintes questões: 4. Existem livros na sua casa? 5. Na sua família, as pessoas têm o hábito de leitura? 6. Quando você era pequeno liam para você?, podemos notar que os problemas na formação do leitor advêm de seu próprio lar:

Gráfico 2: O contato dos leitores com os livros



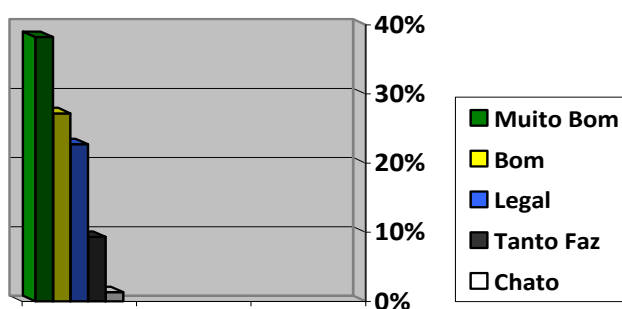
A disponibilidade de livros em casa é o primeiro passo para que a criança se familiarize com o objeto e tenha vontade de descobrir o que tem ali, independente do tema. Muitos leitores são impulsionados pela curiosidade, seja por ver o irmão mais

velho, os avós ou os pais lendo. Não receber o incentivo necessário pode ser uma das causas da falta de hábito entre os jovens. As questões de números 4, 5 e 6 indicam que, na formação do leitor, o papel da família é fundamental.

Pelos dados, podemos notar que a maioria dos entrevistados possui livros em casa, o que demonstra a eficácia das políticas públicas de distribuição de acervos. Mesmo assim, não há o hábito de leitura em 54% das famílias. Esse hábito aparece quase que na mesma proporção de leitores nas famílias, ou seja, de pessoas que liam para os entrevistados em sua infância. Assim, se não há o hábito, justifica-se que também não existam leitores.

Perguntamos aos entrevistados o que achavam de ganhar um livro de presente. As respostas aparecem no gráfico a seguir:

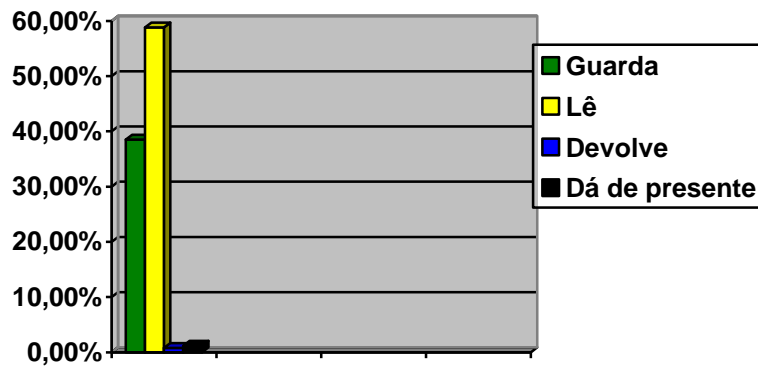
Gráfico 3: O valor do livro para os entrevistados



Mesmo que as famílias não tenham hábito de leitura, as escolas conseguem transmitir para os jovens a importância da leitura. Quando indagados o que acham de ganhar um livro, a maioria respondeu satisfatoriamente entre “muito bom”, “bom” e “legal”. Entretanto, isso não significa que há o hábito.

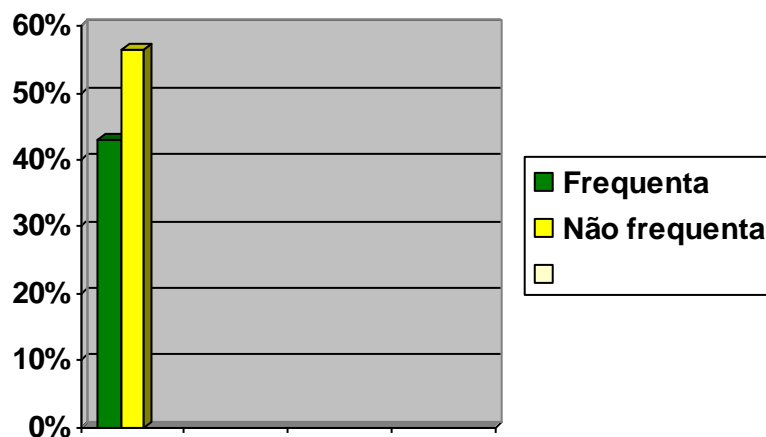
O gráfico a seguir apresenta o destino dos livros que os jovens recebem:

Gráfico 4: Destino dos livros entregues aos jovens



Também, indagamos os entrevistados quanto à visitação de bibliotecas, as respostas aparecem no gráfico a seguir:

Gráfico 5: Visitas à biblioteca



A maioria dos alunos lê os livros que recebe, mas não frequenta a sala de leitura. Ou seja, só lê quando ganha livros. O perigo desse fator se dá por estarem no terceiro ano do Ensino Médio, prestes a sair da escola, esses alunos não mais receberão livros e, principalmente, não serão mais cobrados na prática da leitura. Assim, a única chance de se formar o leitor recai sobre o espaço escolar. Uma vez fora desse âmbito, o sujeito que não se formou como leitor, dificilmente procurará objetos para leitura.

O ensino está tão defasado que os alunos saem da escola sem conhecer, realmente, os clássicos e sem o hábito de leitura. Como se pode notar, o discurso dos entrevistados

não revela a prática que realizam. Eles aceitam a leitura como algo positivo, afirmam que leem, mas na prática não frequentam a sala de leitura.

Quando questionamos sobre qual foi o último livro que leram por iniciativa própria os mais lidos foram: **coleção Fallen**, de Lauren Kate; **O diário de Anne Frank**; de Otto Frank; **Harry Potter**; de J.K Rowling; **A Culpa é das Estrelas**, de John Green; **Saga Crepúsculo**, de Stephenie Meyer; **50 tons de cinza**, de E. L. James; **A Cabana**, de William P. Young; livros de Sparks; **Jogos Vorazes**, de Suzanne Collins e **Morro dos Ventos Uivantes**, de Emily Brontë. Este último, considerado literário, tem sido procurado, pois é o livro favorito da personagem Bela da Saga Crepúsculo. Pouquíssimos optaram por clássicos.

Prestes a fazer os exames vestibulares, os alunos não estão prontos para ler clássicos, sua leitura não é progressiva e ficam apenas com os Best-sellers. Desconhecem que há níveis de leitura e para chegarem à leitura crítica é preciso que, com a ajuda de um mediador, desenvolvam um trabalho crítico e reflexivo. Precisamos, na atualidade, não apenas erradicar o analfabetismo, como formar jovens pensantes.

Mais do que nunca a leitura de textos emancipatórios justifica-se, sobretudo, de autores nacionais, em geral, esquecidos nas indicações dos alunos, caso não componham listas para exames vestibulares.

Como resultado de nossa pesquisa de campo, de modo geral, pudemos notar nos cinco gráficos: a importância que os alunos dão aos livros; a influência do livro dentro de casa; a opinião dos alunos sobre ganhar livros; sua frequência à biblioteca; e o resultado obtido a partir da entrega de livros pela FDE.

A maioria dos alunos afirma que gosta de ler. Poucos têm coragem para dizer que não gostam, há um discurso afirmativo da leitura em âmbito escolar e mesmo na mídia televisiva. Há exceções, sempre. Porém, na maior parte dos casos, os alunos afirmam que gostam de ler e sabem da importância do livro na vida das pessoas, bem como estão cientes de seus benefícios. Mesmo cientes e afirmando que gostam de ler: leem pouco; somente o necessário, falta impulso. Assim, o gostar de ler aparece, então, desvinculado da prática da leitura, do hábito de leitura.

Vale levar em consideração que a realidade demonstrada nesse trabalho não se restringe somente ao município de Assis. No ano de 2012, o livro *Literatura Fora da Caixa*, de Aparecida Paiva, mostrou que os acervos do PNBE, entregues às bibliotecas das escolas da Rede Pública de Belo Horizonte, estavam sendo pouco utilizados. Além disso, o trabalho com leitura entre os jovens, nem sempre considerava esses acervos. Mesmo que não sejam surpreendentes os resultados dessa nossa pesquisa, eles

coincidem com os apresentados no livro. Logo, é possível perceber que nas demais cidades ou regiões o mesmo ocorre.

O objetivo da pesquisa foi realizado com êxito, todas as escolas entrevistadas possuem acervos do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), porém há deficiências. Ao falar em PNBE, todos sabem que se trata de um Programa do governo que dá livros às bibliotecas das escolas, porém, confunde-se fácil com os acervos entregue aos alunos, pelo FDE.

Devemos levar em consideração que este artigo possui as porcentagens de todas as escolas em conjunto. Entretanto, os resultados analisados separadamente demonstram que as escolas não agem de forma universal.

De acordo com a Constituição Federal:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
 - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII - garantia de padrão de qualidade.
 - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O inciso VII deste artigo refere-se ao padrão de qualidade, entretanto algumas escolas obtiveram melhores resultados. Isso ocorre devido ao trabalho dos mediadores de leitura que, em alguns casos, chegam ao plenamente satisfatório. As escolas Francisca e Lourdes Pereira surpreenderam em seus resultados.

O trabalho em conjunto entre sala de leitura e sala de aula, nessas escolas, revelou-se surpreendente. Ao visitarmos essas escolas, notamos o entrosamento dos alunos com os mediadores e o respeito pelo trabalho ali realizado. São situações como essa em que questionamos o padrão de qualidade. O governo fornece material para que esse padrão seja atingido, mas não auxilia na sua aplicação. As escolas sozinhas devem encontrar um meio para melhor aplicar esse conteúdo.

Notamos que, em algumas escolas, a preocupação era a de manter os acervos do PNBE dentro de caixas, sem utilização para não estragá-los.

Encontramos, também, outro problema. Embora os livros estejam nas prateleiras, os alunos não os leem. Como dito anteriormente, há escolas que motivam o aluno a visitar a sala de leitura pelo menos uma vez por semana, nessas escolas a circulação de livros é grande. Entretanto, há professores que ignoram o nível de leitura de alguns alunos e os manda consumir clássicos sem estarem preparados.

Uma sala de aula tem alunos de todos os níveis e um dos problemas em cativar o hábito do aluno é não fazer um trabalho individual. Não há um livro único que se adapte a todos os alunos. É necessário apresentá-los à diversidade de conteúdos que há em uma sala de leitura.

A maioria dos alunos entrevistados tem medo de fazer uma má escolha na hora de pegar um livro, evitam livros acima de 150 páginas e palavras “difíceis”. Alunos do Ensino Médio que ainda possuem esses conceitos não estão preparados para serem inseridos no mundo dos clássicos. Caso consigam fazer a leitura, não haverá compreensão alguma.

Os depoimentos dos representantes das escolas visitadas revelam a ausência de diálogo entre Estado e escolas públicas. Por parte da Secretaria da Educação, promovem-se orientações, porém nenhuma delas destinadas ao programa em especial. Faz-se, então, necessário, por parte do governo, esclarecer dúvidas sobre o Programa, fornecer minicursos ou palestras a respeito de como explorar o material, pois somente dar os livros não basta. Os tempos mudaram, o material está sendo atualizado, logo o método de ensino também deve ser revisado.

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA):

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Considerações finais

Pudemos notar que o governo tem responsabilidades com a Educação do Jovem. Assim, além de proporcionar escolas adequadas, os Projetos criados por ele auxiliam na formação dos alunos e, principalmente, buscam fornecer material para um ensino de qualidade.

A Lei existe e está sendo cumprida parcialmente, pois há lacunas resultantes da própria formação do mediador e da ausência de projetos de leitura na escola. A atenção deve ser voltada ao aluno, mas falta suporte aos que, dentro da escola, são os representantes do ensino, ou seja, o professor e a coordenação.

No dia 25 de junho de 2014, a atual presidente Dilma Roussef sancionou o Plano Nacional da Educação, este conta com 20 metas estratégicas para o setor nos próximos dez anos. Com o objetivo de erradicar o analfabetismo e assegurar a universalização da educação infantil, ensino fundamental e médio, o plano prevê um investimento de 10% do PIB nacional durante dez anos. (In: O GLOBO, 2014).

Além disso, o artigo 212 da Constituição Federal prescreve que a União deve aplicar, anualmente, 18% da receita resultante de impostos na Educação. Sendo assim, temos um montante de 28% de investimentos na Educação.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) recebe investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A escola precisa do PNBE para que a biblioteca seja rica, porém é preciso mostrar ao aluno toda essa riqueza e revelar-lhe que os tempos mudaram e a leitura não se reduz somente a obras clássicas.

Segundo Calvino, “A escola deve fazer com que você conheça bem ou mal um certo número de clássicos dentre os quais (ou em relação aos quais) você poderá depois reconhecer os “seus” clássicos [...]” (1993, p. 13).

Acreditamos que o funcionamento das salas de leitura deve ser analisado. Notamos que não há um padrão entre elas, faz-se necessário, então, que alguns projetos

ou até mesmo Leis sejam criados. O que não é possível controlar e que atrapalha a formação do aluno como leitor é a frequente mudança no quadro de professores. De acordo com Gregorin (2011), para criar hábito de leitura há todo um processo de ensino e cada aluno tem seu tempo para absorver a informação a longo prazo. Durante a passagem de um ano para o outro, geralmente, o professor de Língua e Literatura é outro, diverso daquele do ano anterior. Assim, os projetos de leitura ficam interrompidos, restritos, em geral, a um semestre, um bimestre, às vezes, a um mês somente.

Pelos diálogos com alunos percebemos que quando um professor recebe uma sala nova, demora para que entenda como está o nível desta e, conseqüentemente, perde tempo com a aprendizagem e defasa a ordem de ensino do professor anterior com a leitura.

Não acontece só na sala de aula, na biblioteca também. Durante as visitas nas cinco escolas, pudemos notar que os funcionários responsáveis mudam frequentemente, alguns ainda nem presenciaram a entrega dos acervos do PNBE.

O problema de um país sem educação de qualidade não atinge só a economia, mas seu índice de criminalidade também. Maria Auxiliadora Cesar, em sua dissertação de mestrado “Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias”, buscou apresentar a realidade da mulher presa e de mostrou que o baixo grau de escolaridade é um fator determinante.

O que determina a criminalidade feminina se dá pela pobreza, o qual está relacionado com fatores como: o baixo grau de escolaridade, a má remuneração decorrente da realização de um trabalho socialmente desprestigiado, o difícil acesso a bens materiais e culturais, enfim a exclusão social como característica marcante da posição social dessas detentas. (Cesar, 1995, p. 53)

Como podemos observar, o baixo nível de escolaridade desencadeia outros problemas que levam à prática do crime. Além dele, devemos levar em consideração a educação de má qualidade, uma vez que seus reflexos serão os mesmos.

Gustavo Ioschpe, em entrevista para a CBN, declarou que o problema da Educação não é a falta de dinheiro, mas sim de qualidade (In: CBN, 2014). De acordo com Ioschpe, a solução é complicada, pois os alunos que saem das escolas vão para o mercado de trabalho com um nível muito baixo, se comparado com os muitos anos de instrução. O economista, ainda, afirma que para haver melhorias na qualidade é necessário analisar o tripé, sendo ele constituído por: Formação de professor, Gestores Educacionais e Práticas em sala de aula.

É importante salientar que o problema na Educação não possui um responsável, mas sim toda uma cadeia de fatores. Precisamos de pais e responsáveis que estejam dispostos a acompanhar o trabalho da escola na educação de seus filhos, mas precisamos de escolas com gestores capacitados, com um Plano de Ensino que busque resolver problemas, por meio de ações concretas, utilizando para tanto dos recursos disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CBN. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn/2014/05/19/PROBLEMA-DA-EDUCACAO-NAO-E-FALTA-DE-DINHEIRO-MAS-SIM-DE-QUALIDADE.htm>>. Acesso em: 29 maio 2014

CÉSAR, Maria Auxiliadora. *Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias*. 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

ECA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 15 dez. 2012.

FNDE (1). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3292>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FNDE (2). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FNDE (3). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. *Literatura Juvenil: adolescência, cultura e formação de leitores*. 01 ed. São Paulo. Editora Melhoramentos Ltda., 2011.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO, *Retratos da Literatura no Brasil*. São Paulo, 2012

LEI N° 2.244 DE 24 DE MAIO DE 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em 17 jun. 2013.

MACIEL, Francisca Isabel Pereira. O PNBE e o Ceale: de como semear leituras. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (orgs.). *Literatura infantil: políticas e concepções*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

O GLOBO (1). Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/06/dilma-sanciona-nesta-quarta-plano-nacional-de-educacao.html>> Acesso em: 4 maio 2014